

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.197.410.623
Preferenciais	0
Total	1.197.410.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.813.471	2.672.305
1.01	Ativo Circulante	41.233	39.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.601	16.373
1.01.03	Contas a Receber	16.999	14.954
1.01.03.01	Clientes	16.999	14.917
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	37
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	0	37
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.572	4.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.572	4.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.762	1.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.299	1.440
1.01.08.03	Outros	1.299	1.440
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.299	1.440
1.02	Ativo Não Circulante	2.772.238	2.632.971
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.256	130.794
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.758	24.643
1.02.01.07	Tributos Diferidos	61.415	47.401
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.415	47.401
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.801	3.989
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	51.282	54.761
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	49.721	51.128
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	227	221
1.02.01.10.05	Diferido	1.334	3.412
1.02.03	Imobilizado	2.153	2.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.153	2.162
1.02.04	Intangível	2.628.829	2.500.015
1.02.04.01	Intangíveis	2.628.829	2.500.015
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.628.829	2.500.015

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.813.471	2.672.305
2.01	Passivo Circulante	447.197	178.954
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.321	7.709
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.321	7.709
2.01.02	Fornecedores	35.334	41.222
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.334	41.222
2.01.02.01.01	Fornecedores	20.430	21.842
2.01.02.01.02	Caução Contratual	14.904	19.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.064	6.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.139	4.586
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.925	2.098
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.826	60.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.826	60.622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	64.826	60.622
2.01.05	Outras Obrigações	294.308	48.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	291.154	43.283
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	290.977	41.987
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	177	1.296
2.01.05.02	Outros	3.154	4.834
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	989	961
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.165	3.873
2.01.06	Provisões	24.344	14.600
2.01.06.02	Outras Provisões	24.344	14.600
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	24.344	14.600
2.02	Passivo Não Circulante	1.197.115	1.380.872
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	460.479	502.231
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	460.479	502.231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	460.479	502.231
2.02.02	Outras Obrigações	658.578	790.895
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	658.370	780.430
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	658.370	780.430
2.02.02.02	Outros	208	10.465
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	207	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	1	10.465
2.02.04	Provisões	78.058	87.746
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.418	10.006
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis Trabalhistas e Regulatórias	11.418	10.006
2.02.04.02	Outras Provisões	66.640	77.740
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovia	45.679	57.421
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovia	20.961	20.319
2.03	Patrimônio Líquido	1.169.159	1.112.479
2.03.01	Capital Social Realizado	1.272.296	1.188.296
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-103.137	-75.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	127.986	395.783	214.140	604.609
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.037	-363.730	-201.677	-554.562
3.03	Resultado Bruto	12.949	32.053	12.463	50.047
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.143	-21.740	-7.191	-21.768
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.449	-22.691	-7.537	-22.657
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.863	-20.596	-7.008	-21.068
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-586	-2.068	-529	-1.588
3.04.02.03	Tributária	0	-27	0	-1
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	306	951	346	889
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.806	10.313	5.272	28.279
3.06	Resultado Financeiro	-16.167	-51.647	-13.159	-62.894
3.06.01	Receitas Financeiras	977	2.231	8.291	8.039
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.144	-53.878	-21.450	-70.933
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.361	-41.334	-7.887	-34.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.856	14.014	2.649	11.724
3.08.02	Diferido	3.856	14.014	2.649	11.724
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.505	-27.320	-5.238	-22.891
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.505	-27.320	-5.238	-22.891
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00620	-0,02550	-0,00510	-0,02660

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.505	-27.320	-5.238	-22.891
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.505	-27.320	-5.238	-22.891

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	85.688	73.169
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.089	118.449
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-27.320	-22.891
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	77.519	68.329
6.01.01.03	Baixas de ativos permanentes	609	1.061
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-14.014	-11.724
6.01.01.05	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-1.137	-1.894
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre mútuos	29.791	42.060
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	19.464	26.889
6.01.01.08	Despesas/(receitas financeiras dos ajustes e valor presente	2.774	-4.178
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.882	3.866
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	40.188	16.931
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	333	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.647	-46.804
6.01.02.01	Contas a receber	-2.088	-2.943
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	37	2.431
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.020	1.357
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.332	6.538
6.01.02.06	Fornecedores	-1.796	-5.350
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-240	105
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-1.562	-1.615
6.01.02.09	Obrigações sociais	612	665
6.01.02.10	Obrigações fiscais	5.879	-17.560
6.01.02.12	Outas contas a pagar	-11.530	7.027
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-1.803	-1.760
6.01.02.15	Pagamentos de juros	-32.844	-35.699
6.01.03	Outros	-754	1.524
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-815	1.481
6.01.03.03	Outros créditos	61	43
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.136	-425.004
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-436	-504
6.02.02	Aquisição do ativo intangível	-209.938	-423.057
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-648	-2.608
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	886	1.165
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	124.676	326.779
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-41.149	-37.668
6.03.03	Captações de empréstimos empresas ligadas	81.200	0
6.03.08	Risco sacado	625	147
6.03.09	Aumento de capital	84.000	364.300
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	228	-25.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.373	39.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.601	14.279

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.320	0	-27.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.320	0	-27.320
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-103.137	0	1.169.159

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	364.300	0	0	0	0	364.300
5.04.01	Aumentos de Capital	438.000	0	0	0	0	438.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-73.700	0	0	0	0	-73.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.891	0	-22.891
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.891	0	-22.891
5.07	Saldos Finais	1.104.296	0	0	-72.462	0	1.031.834

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	419.472	630.116
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	248.325	232.004
7.01.02	Outras Receitas	171.147	398.112
7.01.02.01	Receita dos Serviços em construção	166.487	394.450
7.01.02.02	Outros	4.660	3.662
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-280.048	-484.749
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.712	-37.476
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.487	-15.671
7.02.04	Outros	-225.849	-431.602
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-166.487	-394.450
7.02.04.02	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-40.188	-16.931
7.02.04.03	Outros	-19.174	-20.221
7.03	Valor Adicionado Bruto	139.424	145.367
7.04	Retenções	-77.519	-68.329
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.519	-68.329
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.905	77.038
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.819	48.784
7.06.02	Receitas Financeiras	2.231	8.039
7.06.03	Outros	36.588	40.745
7.06.03.01	Juros capitalizados	36.588	40.745
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	100.724	125.822
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	100.724	125.822
7.08.01	Pessoal	28.279	26.876
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.523	20.762
7.08.01.02	Benefícios	5.174	4.669
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.582	1.445
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.843	9.885
7.08.02.01	Federais	-3.806	-1.913
7.08.02.02	Estaduais	8	11
7.08.02.03	Municipais	12.641	11.787
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.287	42.836
7.08.03.01	Juros	19.464	26.888
7.08.03.02	Aluguéis	1.188	1.218
7.08.03.03	Outras	19.635	14.730
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	15.744	13.690
7.08.03.03.03	Outros	3.891	1.040
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-27.320	-22.891
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.320	-22.891
7.08.05	Outros	50.635	69.116
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	29.791	42.061
7.08.05.02	Juros Capitalizados	20.844	27.055

Comentário do Desempenho



Joinville, 13 de novembro de 2018 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2018 (3T18), período encerrado em 30 de setembro de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 3T18 o tráfego pedagiado foi de R\$ 31,5 milhões de veículos equivalentes, um crescimento de 2% em relação ao 3T17. A variação no 3T18 refere-se a aceleração no cenário econômico após a greve dos caminhoneiros, ocorrida no segundo trimestre de 2018. A recuperação positiva acarretou no aumento do fluxo de veículos nas rodovias.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$ 86,3 milhões no 3T18, um aumento de 5,8% em relação ao 3T17. A variação corresponde a melhora no tráfego, bem como ao reajuste tarifário em fevereiro/2018, onde a tarifa passou de R\$2,60 para R\$2,70.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$ 35,4 milhões no 3T18 contra R\$ 33,3 milhões 3T17, um aumento de 6,2%. As principais variações ocorreram nas conta de: Consumo, onde na rubrica de energia houve a entrada de novas unidades consumidoras e reajuste na taxa base; serviços de terceiros, onde os contratos de serviços de guincho e atendimento pré-hospital apresentaram reajuste contratual, e para a provisão de contingência houve a entrada do depósito de um valor relevante referente ao processo trabalhista.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado da Companhia passou de R\$ 41,2 milhões em 3T17 para R\$ 43 milhões em 3T18. A variação de 4,3% corresponde a melhora nas receitas de pedágio, mesmo com o aumento apresentado nos custos e despesas. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro: Houve uma redução nas despesas financeiras de 20,1% e nas receitas de 88,2% em relação ao 3T17. A variação nas despesas financeiras deve-se pela redução das taxas de juros (CDI e TJLP) comparados ao realizado no mesmo período do exercício anterior. No período a Companhia manteve seu saldo em caixa mais reduzido, o que gerou uma queda nas receitas financeiras, todavia o maior impacto foi na reversão de ajuste a valor presente (receita) que houve em 3T17 que não ocorreu em 3T18.

Prejuízo Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 7,5 milhões no 3T18. No mesmo período do ano anterior esse foi de R\$ 5,2 milhões, um acréscimo de 43,3% em comparação 3T17. Em análise, contribuiu para esta variação o aumento apresentado nas contas de custas/despesas e resultado financeiros, como já mencionados anteriormente; assim como na depreciação/amortização, uma vez que houve a finalização de algumas obras que foram transferidas para operação.

Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 3T18 com um endividamento líquido de R\$ 483,9 milhões contra R\$ 534,9 milhões em 3T17. Uma redução de R\$ 51 milhões que corresponde ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Comentário do Desempenho



Investimentos: Foram investidos no 3T18, R\$ 50,5 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Implantação de Trevos e Viadutos, Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
Litoral Sul	31.531	28.134	30.934	12,1%	1,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	135.982	138.619	221.203	-1,9%	-38,5%
Receitas de pedágio	85.198	76.040	80.493	12,0%	5,8%
Receitas de obras	49.633	61.384	139.604	-19,1%	-64,4%
Receitas acessórias	1.151	1.195	1.106	-3,7%	4,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.996)	(6.832)	(7.063)	17,0%	13,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	127.986	131.787	214.140	-2,9%	-40,2%
CUSTOS E DESPESAS	(96.953)	(110.759)	(184.850)	-12,5%	-47,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(27.541)	(26.474)	(26.454)	4,0%	4,1%
Custo dos serv. de construção	(49.633)	(61.384)	(139.604)	-19,1%	-64,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.554)	(6.470)	(6.681)	16,8%	13,1%
Remuneração da administração	(586)	(610)	(529)	-3,9%	10,8%
Despesas tributárias	-	(11)	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(11.945)	(16.126)	(11.928)	-25,9%	0,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	306	316	346	-3,2%	-11,6%
EBITDA	31.033	21.028	29.290	47,6%	6,0%
Margem EBITDA	24,2%	16,0%	13,7%		
DEPRECIações E AMORTIZAções	(26.227)	(25.845)	(24.018)	1,5%	9,2%
Depreciação de imobilizado	(155)	(148)	(137)	4,7%	13,1%
Amortização do intangível	(25.379)	(25.004)	(23.189)	1,5%	9,4%
Amortização do diferido	(693)	(693)	(692)	0,0%	0,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(16.167)	(17.225)	(13.159)	-6,1%	22,9%
Receitas financeiras	977	652	8.291	49,8%	-88,2%
Despesas financeiras	(17.144)	(17.877)	(21.450)	-4,1%	-20,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(11.361)	(22.042)	(7.887)	-48,5%	44,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.856	7.462	2.649	-48,3%	45,6%
Diferido	3.856	7.462	2.649	-48,3%	45,6%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.505)	(14.580)	(5.238)	-48,5%	43,3%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
EBITDA ¹	31.033	21.028	29.290	47,6%	6,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11.945	16.126	11.928	-25,9%	0,1%
EBITDA Ajustado ²	42.978	37.154	41.218	15,7%	4,3%

Comentário do Desempenho



- 1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
- 2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
e Período de Nove Meses Findos em 30 de
Setembro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$405.964 (R\$139.620 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2018.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 30 de setembro de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$92.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2018 o montante de R\$272.093 (R\$163.053 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$508.229 (R\$403.041 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$1.780.265 (R\$1.507.211 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$51.500 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que já estão em andamento e trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	16.373	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	14.917	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	37	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	24.643	Mensurados a valor justo por meio de resultado
*Outros Créditos	Empréstimos recebíveis	1.396	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	558.587	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	821.479	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	41.222	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.266	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.234	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	961	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	14.338	Custo amortizado

(*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável *impairment*

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	3.849	4.876
Aplicações financeiras (*)	<u>12.752</u>	<u>11.497</u>
Total	<u><u>16.601</u></u>	<u><u>16.373</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,43% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.505	-	13.500	-
Cupons de pedágio a receber	963	-	-	-
Cartões de pedágio a receber	706	-	1.320	-
Receitas acessórias a receber	681	-	59	-
Outras receitas a receber	<u>144</u>	<u>227</u>	<u>38</u>	<u>221</u>
Total	<u><u>16.999</u></u>	<u><u>227</u></u>	<u><u>14.917</u></u>	<u><u>221</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.361)	(41.334)	(7.887)	(34.615)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	3.863	14.054	2.682	11.769
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(7)	(40)	(33)	(45)
Total	3.856	14.014	2.649	11.724
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	3.856	14.014	2.649	11.724
	3.856	14.014	2.649	11.724

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2018	31.12.2017
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	192.136	153.303
Provisão de participação nos lucros	2.183	3.012
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	11.418	10.006
Outras provisões	1.147	2.887
Provisão para manutenção de rodovias	70.024	72.021
Amortização acumulada de obras futuras	(4.430)	(5.454)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(1.028)	(829)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(48)	(46)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	271.402	234.900
Alíquota nominal	34%	34%
Total	92.277	79.866
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	23.419	18.703
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(18)	(14)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(90.772)	(95.484)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(30.862)	(32.465)
Total do imposto de renda e contribuição social	61.415	47.401

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2019	1.312
2020	5.461
2021	5.681
2022	5.906
Após 2022	<u>73.917</u>
	<u><u>92.277</u></u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2018 o saldo é de R\$24.758 (R\$24.643 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,54% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	-	4.831
Adições	15	391	-	-	30	-	-	436
Saldo em 30.09.2018	<u>1.097</u>	<u>1.288</u>	<u>798</u>	<u>308</u>	<u>1.447</u>	<u>329</u>	-	<u>5.267</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	-	(2.669)
Depreciações	(68)	(114)	(107)	(39)	(93)	(24)	-	(445)
Saldo em 30.09.2018	<u>(732)</u>	<u>(701)</u>	<u>(396)</u>	<u>(223)</u>	<u>(908)</u>	<u>(154)</u>	-	<u>(3.114)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Saldo em 30.09.2018	365	587	402	85	539	175	-	2.153
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	-	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	-	4.280
Adições	61	185	1	6	38	-	213	504
Transferências/reclassificações	10	-	-	-	32	-	(213)	(171)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2017	<u>1.065</u>	<u>897</u>	<u>602</u>	<u>308</u>	<u>1.412</u>	<u>329</u>	-	<u>4.613</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	-	(2.132)
Depreciações	(67)	(93)	(89)	(37)	(90)	(25)	-	(401)
Saldo em 30.09.2017	<u>(642)</u>	<u>(555)</u>	<u>(257)</u>	<u>(173)</u>	<u>(785)</u>	<u>(121)</u>	-	<u>(2.533)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	-	2.148
Saldo em 30.09.2017	423	342	345	135	627	208	-	2.080
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	-	

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	38.876	297	161.361	3.885	204.419
Transferências/reclassificações	32.277	-	(28.568)	(3.709)	-
Alienações/baixas	(288)	-	(306)	(15)	(609)
Saldo em 30.09.2018	1.831.356	6.978	1.145.819	12.126	2.996.279
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(74.572)	(424)	-	-	(74.996)
Saldo em 30.09.2018	(362.203)	(5.247)	-	-	(367.450)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 30.09.2018	1.469.153	1.731	1.145.819	12.126	2.628.829
Taxas de amortização - a.a.	6%	6%	7%	7%	

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
Adições	106.368	500	306.732	36.357	449.957
Transferências/reclassificações	132.143	-	(109.223)	(22.749)	171
Alienações/baixas	(240)	-	(815)	(6)	(1.061)
Saldo em 30.09.2017	<u>1.704.721</u>	<u>6.681</u>	<u>968.304</u>	<u>13.846</u>	<u>2.693.552</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
Amortizações	(65.289)	(561)	-	-	(65.850)
Saldo em 30.09.2017	<u>(264.079)</u>	<u>(4.629)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(268.708)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Saldo em 30.09.2017	1.440.642	2.052	968.304	13.846	2.424.844
Taxas de amortização - a.a.	6%	2%	6%	6%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a do Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$36.588 (R\$40.745 em 30 de setembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2018 foi de 8,87% ao ano (9,40% ao ano em 2017).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(26.117)</u>	<u>(24.039)</u>
	<u>1.334</u>	<u>3.412</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	60.712	466.215	57.163	508.549
Risco sacado (b)	4.890	-	4.266	-
	<u>65.602</u>	<u>466.215</u>	<u>61.429</u>	<u>508.549</u>
Custo de transação	(776)	(5.736)	(807)	(6.318)
	<u>64.826</u>	<u>460.479</u>	<u>60.622</u>	<u>502.231</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Sociedade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES	Litoral Sul	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	523.473	562.016
(a)	Real	BNDES	Litoral Sul	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.454	3.696
(b)	Real	Risco sacado	Litoral Sul	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	4.890	4.266
							531.817	569.978

Em 30 de setembro de 2018 o saldo de R\$4.890 (R\$4.266 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de setembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	15.491
2020	65.148
2021	70.559
2022	76.420
Após 2022	238.597
	466.215

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2018 o saldo de R\$20.430 (R\$21.842 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$14.904 (R\$19.380 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	36
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A.	-	1
Total	<u>-</u>	<u>37</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	287.349	41.049
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	3.628	938
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	177	1.296
Total	<u>291.154</u>	<u>43.283</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	575.994	548.608
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	82.376	231.822
Total	<u>658.370</u>	<u>780.430</u>

	PERÍODO					
	30.09.2018			30.09.2017		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(50.635)	(8.865)	-	(69.115)	(6.446)
Juros Capitalizados (*)	-	20.844	-	-	27.055	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Planalto Sul S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Fluminense S.A.	-	-	-	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	-	-	(191)
Total	<u>-</u>	<u>(29.791)</u>	<u>(8.865)</u>	<u>-</u>	<u>(42.060)</u>	<u>(6.638)</u>

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Notas Explicativas S.A.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2018			30.09.2017		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(17.972)	(3.285)	-	(20.933)	(2.286)
Juros Capitalizados (*)	-	7.821	-	-	8.231	-
Outras partes relacionadas						
Planalto Sul S.A.	-	-	-	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	-	-	(81)
Total	-	(10.151)	(3.285)	-	(12.702)	(2.367)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 21 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 28.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$280.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o período findo em 30 de setembro de 2018 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$81.200. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	13.207	30.000	11.049
28.04.2015	28.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	122.518	52.295	122.518	43.465
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	8.013	20.000	6.601
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	11.316	30.000	9.238
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	81.200	1.176	-	-
			283.718	86.007	202.518	70.353

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	4.000	5.571	4.000	5.136
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	5.000	6.964	5.000	6.420
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	2.000	2.786	2.000	2.568
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	8.000	11.143	8.000	10.271
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	6.000	8.357	6.000	7.703
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	10.000	13.929	10.000	12.839
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	10.000	13.929	10.000	12.839
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	5.000	6.964	5.000	6.420
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,04% a.a.	17.000	23.679	17.000	21.826
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	10.824	15.000	9.545
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	20.574	30.000	18.068
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	23.624	35.000	20.719
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	24.368	40.000	21.295
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	14.818	25.000	12.917
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	17.450	30.000	15.185
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	19.813	35.000	17.197
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	10.966	20.000	9.488
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	13.235	30.000	11.172
			<u>327.000</u>	<u>248.994</u>	<u>327.000</u>	<u>221.608</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$6.531 (R\$35.000 em 30 de setembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$301 R\$1.251 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$285 R\$817 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam R\$586 e R\$2.068 (R\$529 e R\$1.588, respectivamente, em 30 de setembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.183 e R\$3.012.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos,

Notas Explicativas

resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2018
Cíveis	727	1.812	(429)	(1.383)	-	727
Trabalhistas	621	1.801	(302)	(420)	-	1.700
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
Total	10.006	3.613	(731)	(1.803)	333	11.418

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2017
Cíveis	373	1.520	(88)	(1.093)	-	712
Trabalhistas	385	995	(143)	(667)	-	570
Regulatório	6.647	1.783	(201)	-	-	8.229
Total	7.405	4.298	(432)	(1.760)	-	9.511

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$9.229 (R\$8.658 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$9.228 (R\$8.889 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$6.027 em 30 de setembro de 2018 (R\$3.567 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$49.721 em 30 de setembro de 2018 (R\$51.128 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	-	14.600	20.319	57.421
Adições/Reversões	-	-	841	40.188
Utilizações	-	(45.161)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(199)	2.975
Transferências	-	54.905	-	(54.905)
Saldo em 30.09.2018	-	24.344	20.961	45.679

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121
Adições/Reversões	4.394	7.029	-	9.902
Utilizações	(183)	(22.541)	-	-
Ajuste a valor presente	(7.797)	-	-	3.613
Transferências	(20.009)	13.742	20.009	(13.742)
Saldo em 30.09.2017	-	17.328	20.009	59.894

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$49.513 (R\$22.541 em 30 de setembro de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.287.996, compostos por 1.213.269.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.272.296 (R\$1.188.296 em 31 de dezembro de 2017) que representam 1.197.410.623 ações (1.112.562.138 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018 ocorreram integralizações de capital no montante de R\$84.000 referente a ata constituída em 20 de dezembro de 2017, sendo que dessa ainda há para integralizar o montante de R\$15.700.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:Reserva legal e retenção de lucros

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	85.198	248.325	80.493	232.004
Receita de serviços de construção	49.633	166.487	139.604	390.892
Outras receitas	1.151	3.710	1.106	2.774
	<u>135.982</u>	<u>418.522</u>	<u>221.203</u>	<u>625.670</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	135.982	418.522	221.203	625.670
ISSQN	(4.265)	(12.594)	(4.028)	(11.752)
PIS	(575)	(1.683)	(538)	(1.579)
COFINS	(2.655)	(7.769)	(2.480)	(7.285)
Outras deduções	(501)	(693)	(17)	(445)
Receita líquida	<u>127.986</u>	<u>395.783</u>	<u>214.140</u>	<u>604.609</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.857)	(9.007)	(2.925)	(8.798)
Serviços de terceiros	(1.089)	(2.690)	(684)	(2.297)
Manutenção de bens e conservação	(227)	(731)	(236)	(593)
Consumo	(407)	(1.388)	(426)	(1.250)
Transportes	(204)	(544)	(220)	(560)
Seguros/Garantias	-	(5)	(4)	(9)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.735)	(2.882)	(1.197)	(3.866)
Comunicação e marketing	(337)	(803)	(376)	(835)
Indenizações à terceiros	(1)	(1)	74	-
Publicações legais	(34)	(184)	(55)	(216)
Depreciação / Amortização	(309)	(891)	(327)	(955)
Outros	(663)	(1.470)	(632)	(1.689)
Total	(7.863)	(20.596)	(7.008)	(21.068)

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.547)	(17.204)	(5.358)	(16.488)
Serviços de terceiros	(8.677)	(26.243)	(8.760)	(25.728)
Conservação	(4.490)	(11.490)	(4.354)	(11.793)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.237)	(3.147)	(910)	(2.981)
Consumo	(2.069)	(5.555)	(1.504)	(5.336)
Transportes	(999)	(3.255)	(1.085)	(3.388)
Verba de fiscalização	(2.966)	(8.851)	(2.884)	(8.567)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(297)	(895)	(298)	(918)
Seguros / Garantias	(806)	(2.403)	(824)	(2.552)
Provisão de manutenção em rodovias	(11.945)	(40.188)	(11.928)	(16.931)
Custos de serviços da construção	(49.633)	(166.487)	(139.604)	(390.892)
Depreciação / Amortização	(25.918)	(76.628)	(23.691)	(67.374)
Outros	(453)	(1.384)	(477)	(1.614)
Total	(115.037)	(363.730)	(201.677)	(554.562)

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	666	1.846	840	3.122
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	7.275	4.178
Outras receitas	311	385	176	739
Total	977	2.231	8.291	8.039

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(16.207)	(49.255)	(20.840)	(68.949)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(196)	(2.774)	-	-
Outras despesas	(741)	(1.849)	(610)	(1.984)
Total	(17.144)	(53.878)	(21.450)	(70.933)

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	27.683	77.493
Juros capitalizados	36.588	40.745
	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(69.790)	(91.338)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>30.09.2018</u>		<u>30.09.2017</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(7.505)	(27.320)	(5.238)	(22.891)
Número de ações durante período (Mil)	<u>1.213.269</u>	<u>1.213.269</u>	<u>1.032.765</u>	<u>861.817</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0062)</u>	<u>(0,0225)</u>	<u>(0,0051)</u>	<u>(0,0266)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Nível	30.09.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	16.601	-	16.373	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	16.999	-	14.917
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	37
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	24.758	-	24.643	-
Outros Créditos	Nível 2	-	1.341	-	1.396
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	520.415	-	558.587
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	945.719	-	821.479
Fomecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	35.334	-	41.222
Fomecedores - Risco sacado	Nível 2	-	4.890	-	4.266
Partes relacionadas	Nível 2	-	3.805	-	2.234
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	989	-	961
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.166	-	14.338
		<u>41.359</u>	<u>1.531.658</u>	<u>41.016</u>	<u>1.459.437</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Notas Explicativas**24. GESTÃO DE RISCO**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	2.463	3.078	3.694
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(54.774)	(68.430)	(82.072)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(52.311)</u>	<u>(65.352)</u>	<u>(78.378)</u>
TJLP	6,56%	8,20%	9,84%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(46.636)	(55.511)	(64.177)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(46.636)</u>	<u>(55.511)</u>	<u>(64.177)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(98.947)</u>	<u>(120.863)</u>	<u>(142.555)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$14.505 (R\$13.500 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDDES Automático	8,90%	24.524	98.093	98.093	98.093	362.006	680.809
Risco sacado	17,18%	4.938	-	-	-	-	4.938
Partes relacionadas	7,87%	-	940.185	-	104.815	-	1.045.000
Fornecedores partes relacionadas	-	3.805	-	-	-	-	3.805
Fornecedores e cauções contratuais	-	34.432	902	-	-	-	35.334
Outras contas a pagar	-	1.626	539	-	-	-	2.165
		<u>69.325</u>	<u>1.039.719</u>	<u>98.093</u>	<u>202.908</u>	<u>362.006</u>	<u>1.772.051</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	Total
BNDDES Automático	8,90%	24.524	24.523	24.523	24.523	98.093
Risco sacado	17,18%	4.938	-	-	-	4.938
Partes relacionadas	7,87%	-	44.634	181.490	73.205	299.329
Fornecedores partes relacionadas	-	3.805	-	-	-	3.805
Fornecedores e cauções contratuais	-	34.432	902	-	-	35.334
Outras contas a pagar	-	1.626	493	39	7	2.165
		<u>69.325</u>	<u>70.552</u>	<u>206.052</u>	<u>97.735</u>	<u>443.664</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

Notas Explicativas

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	136.995

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$60.653.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 e 22 de outubro de 2018 e em 5 de novembro de 2018, a Sociedade recebeu recursos oriundos da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures nos montantes de R\$2.000, R\$13.000 e R\$7.500 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

Joinville, 13 de novembro de 2018.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 13 de novembro de 2018.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente